



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 95

Sessão Ordinária de Junho

1.ª Reunião de 27-06-2005

Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa na qualidade de Primeiro Secretário e pela Vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais Raúl Ventura Martins, Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes, João Pires da Rosa, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, António Fernando Ribeiro Martins, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Liz Miguel Marques da Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Rafael Alexandre Lopes Nevado, António Manuel dos Santos Salavessa, José António Tavares Vieira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Ana Carla Guerra de Miranda Macedo e Carlos Mário de Magalhães Anileiro.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Domingos José Barreto Cerqueira e Ângelo Pereira Pires.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da substituição nesta reunião, do Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e da Vogal Maria Teresa Fidélis da Silva, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respectivamente, Maria Ivone Abreu Silvério Abreu Lopes e João Pires da Rosa.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e Élio Manuel Delgado da Maia, se fizeram substituir, nesta reunião, respectivamente, por Firmino Marques Ferreira e José António Tavares Vieira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
- Ponto 2. – Alteração do artigo 14.º - n.º 3 do regulamento do PDM – regime simplificado;**
- Ponto 3. – Empresa do Estádio Municipal de Aveiro – actividade e perspectivas;**
- Ponto 4. – Taxas e Tarifas para famílias numerosas – recomendação à Câmara Municipal.**

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 90 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e oito votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 91 - Colocada à discussão verificou-se a seguinte intervenção:

Vogal Orlando Terra Seca (PS)

“Senhor Presidente, eu faço uma observação a esta acta porque efectivamente não foi transcrito correctamente aquilo que eu disse nesta Assembleia.

Na segunda folha da acta há um parágrafo que não corresponde àquilo que eu disse. E também algumas palavras que faltam e pedia a correcção.”

Presidente da Mesa

“Eu estive aqui a acompanhar e efectivamente houve aqui uns saltos e portanto, se não houver objecção do plenário, serão feitas as correcções e peço a colaboração do Senhor Deputado para se deslocar aos Serviços.

Esta acta não a vamos aprovar agora, vamos passar à frente. A acta 91 será corrigida e na próxima sessão será então discutida e colocada à votação.”

Acta n.º 92 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e oito votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 93 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor e três abstenções.

Acta n.º 94 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e duas abstenções.

De seguida usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Permitam-me que tire partido do texto de uma breve intervenção proferida pelo meu companheiro da CDU, na Assembleia Municipal de Ílhavo, Vieira da Silva, para deixar registada, através de umas poucas palavras, a mágoa pela perda de quatro homens que não poderemos jamais ignorar sempre que se quiser analisar objectivamente a história social, política, cultural e científica de Portugal, estejamos em que lugar estivermos neste grande espaço democrático das ideias e dos sentimentos.

Procurando evitar fazer desta modestíssima intervenção um qualquer elogio fúnebre em relação a qualquer destes homens, não posso nem quero, no entanto, deixar de sublinhar que considero que quando passar este tempo de luto e estas horas de excesso de palavras e de gestos emocionais, nem sempre completamente ajustados à realidade, valerá a pena regressar, no silêncio da nossa consciência, às páginas da biografia de cada um deles para melhor os conhecermos.

Talvez então cada um de nós reencontre a coragem de reconhecer que Vasco Gonçalves, que nunca poderá ser esquecido na sua participação activa no Movimento das Forças Armadas que nos devolveu a esperança em 25 de Abril de 1974, foi também, quer se concorde ou não com a forma como exerceu as suas funções políticas, um Primeiro-Ministro deste País que procurou, com a força das suas convicções, melhorar a vida de milhares de Portugueses, muitos dos quais tiveram direito, pela primeira vez nas suas vidas, a um ordenado que, embora limitado, lhes deu a oportunidade de obter as mínimas condições para viver e para acreditar no futuro.

Talvez então cada um de nós possa compreender melhor a dimensão humana e política de Álvaro Cunhal que, ainda jovem, decidiu virar as costas ao sossego aparentemente garantido de uma vida facilitada pelas circunstâncias sociais e económicas da sua família, e avançou pelos caminhos difíceis do combate permanente contra um regime de opressão e obscurantismo com a determinação e a ousadia de quem sabia que o futuro de todos tem que ser construído com a fraternidade aprendida quotidianamente com cada um dos companheiros de viagem, sem cair na facilidade da desistência ou do desvio temporário que nos faça esquecer que é necessário continuar a lutar pelo objectivo essencial de construir uma sociedade de democracia verdadeira em que todos tenhamos a liberdade de termos iguais oportunidades a nível cultural, social e económico.

Talvez então cada um de nós se deixe surpreender pelo valor científico e humano de Mário Corino de Andrade, um dos maiores médicos neurologistas portugueses, que ficará para sempre reconhecido internacionalmente por ter sido quem identificou e tipificou cientificamente, em 1952, a Paramiloidose (a chamada “doença dos pezinhos”). Fez também parte de um notável núcleo de intelectuais do Porto (entre os quais Abel Salazar e Ruy Luís Gomes) que ficou na história da resistência ao regime do Estado Novo. Estranhamente, pouco relevo se deu ao seu falecimento em 16 deste mês de Junho.

Talvez então cada um de nós tenha a disponibilidade suficiente para reler Eugénio de Andrade, e nos deixemos invadir pacificamente pela luz imensa da sua poesia em que as palavras se vão inventando para lá de si mesmas entre a frescura da água e o calor da ternura da terra, deixando-nos confundir a memória dos nossos dias com a memória do próprio poeta que nos leva pela sua própria mão até aos tempos em que o amor se vai desenhando sem nunca se alcançar completamente.

E de Eugénio de Andrade atrevo-me a citar: «...e partiu porque tinha um destino; coisa simples e pouca, mas destino: crescer como árvore, resistir ao vento, ao rigor da invernia, e certa manhã sentir os passos de Abril».”

Presidente da Mesa

Vogal Orlando Terra Seca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente: Quero aproveitar este período para homenagear também estes 3 grandes vultos da vida nacional. Álvaro Cunhal, Vasco Gonçalves e Eugénio de Andrade.

Aos dois primeiros, Álvaro Cunhal e Vasco Gonçalves, quero associar-me a todos aqueles que reconhecem, com gratidão, o espólio moral, que eles, entre poucos, dos muitos que passam por este mundo nos deixaram ficar.

Álvaro Cunhal, um homem superiormente inteligente, renegou esse dote, essa riqueza inesgotável, que podia ter utilizado em proveito próprio, que lhe podia ter dado mordomias sem fim.

Gastou essa “fortuna”, gastou-a até ao último “tostão” é verdade, mas a favor dos outros, dos mais infelizes, dos menos favorecidos, dos menos dotados.

Vasco Gonçalves, à sua maneira, tem também um papel na história, procurou dar aos outros, àqueles que apenas sabem trabalhar, àqueles que saíram de dentro do buraco fundo que era o fascismo, o melhor que ele encontrou para os fazer felizes.

E fê-lo, durante pouco tempo é certo, mas viveram felicidade e mostrou-lhes quanto eram livres, mostrando-lhes que se tinham acabado as amarras, os medos, mostrou-lhes o que era a liberdade, o que eram deveres mas também o que eram direitos de cidadania.

Foram 2 homens que fizeram e se entregaram cada um à sua maneira, a defender os mais fracos, aqueles que, por honestidade, por incapacidade intelectual, ou por culpa da sociedade enquanto crianças, ficam marcados, atrofiados e destinados a servir cegamente os mais fortes, não sendo capazes, só por si, de se libertarem e de se imporem, numa sociedade quase sempre egoísta.

Por último o meu agradecimento também ao poeta, que com palavras simples, com as palavras dos pobres, deixou a todos a lição da coisa mais linda que há na vida depois do pão e da saúde, cantou o amor e a felicidade. Disse Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa

Vogal Manuel António Granjeira (CDS/PP)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

Vogal Orlando Terra Seca (PS)

Vogal Diamantino Jorge (IND)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve munícipes inscritos para intervenção.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usaram da palavra os Vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de dizer duas coisas sobre Álvaro Cunhal. Não num estilo laudatório de quem considera que os mortos são todos bons, mas num estilo que eu acho que é o mais... a minha apreciação sobre o homem.

Gostaria de começar por dizer que a morte das personagens que forjaram história, nunca é uma ocorrência vulgar mesmo quando um mar ideológico nos separa deles; e mesmo quando um mar ideológico que nos separa deles — nunca o seu desaparecimento nos deixa indiferentes.

A gesta pessoal de revolucionário de Álvaro Cunhal: clandestinidade, prisões, exílio; perdurará seguramente como imagem de uma das grandes figuras que o movimento comunista português deixa para a história. Foi um personagem de contrastes. Profundamente impiedoso e frio na vertigem das suas ideias e princípios, e no entanto correcto, cortês e até afável nas suas relações pessoais. Um homem que paradoxalmente esteve envolvido na ordem de assassinato dada a um inocente democrata julgado culpado de traição pelo Comité Central do PCP; e ao mesmo tempo um homem que nunca traiu as suas ideias e as suas causas e sempre soube gerir politicamente a sua privacidade, servindo-se dela para fomentar a sua aura pessoal, mas quando necessário — porque a sua imagem estava em risco - exibindo a foto das netinhas tentando mostrar que afinal, por detrás do mito moldado em aço frio, também existia algo de profundamente humano.

Admira-se Álvaro Cunhal porque este seguiu o seu rumo, imune à história e aos factos até ao fim. De alguma forma era visto pela direita como alguma esquerda via o falecido Papa João Paulo II — simpático, defendendo ideias ultrapassadas, mas coerente.

É de facto legítimo admirá-lo pela sua coerência; diria mais pela sua obstinação. Mas talvez conviesse pensar se não é afinal essa mesma pragmática e resignada linha de raciocínio que leva algumas pessoas a proclamar por heróis, pessoas, cujos nomes andam por aí pelos jornais e que afinal também se dizem coerentes, também se julgam fadados para uma missão, também se julgam imunes aos factos, às leis e ao sistema — e até se consideram vítimas da história!

Acontece porém, que Álvaro Cunhal não foi apenas coerente. Álvaro Cunhal foi intransigente e inflexível. Álvaro Cunhal optou por ficar orgulhosamente só, refém da ideologia que o acompanhou ao longo da sua vida, tendo assim condenado o seu Partido, sangrado muitos dos seus melhores quadros que não aceitavam a sua ultrapassada visão estalinista, à irrelevância política, e transformando-o quantas das vezes, num aliado tácito, nos desígnios da mais sombria direita portuguesa.

Álvaro Cunhal teve um forte impacto negativo na transição para a democracia entre 74 e 76; felizmente só não teve piores consequências devido às corajosas posições políticas assumidas nessa altura por Mário Soares. E no entanto, mais uma vez paradoxalmente, apesar da sua luta para instituir em Portugal um regime totalitário, acabou por aceitar os resultados das eleições sem se meter em lutas armadas pelos seus ideais. Por muito menos, muitas pessoas por esse mundo fora recorreram às armas de forma sistemática — Álvaro Cunhal, não.

Álvaro Cunhal, obrigado e bem-hajas. E que nos lembremos dos teus exemplos, bons e maus, por muitos anos. Descansa em paz.”

Vogal Santos Costa (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Vou falar de uma coisa que me deixou muito triste e que não posso deixar de fazer alguns comentários, e de pôr algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara. Falo de uma notícia do Diário de Aveiro do dia 22 de Junho, intitulada «Casas já vendidas, não podem ser ocupadas»

Da notícia que li com muita atenção e reli, pude concluir algumas coisas. Por exemplo: que o loteamento ali referido de 2001, foi licenciado por quem de direito certamente — embora indevidamente!? Que os projectos de edificação das moradias também estarão licenciadas por quem de direito, embora indevidamente. Faltando somente a licença de habitabilidade que segundo o senhor Presidente da Câmara não pode ser emitida sem que o problema seja corrigido.

Bom, no meu entender, dirá que quem pode passar alvarás e licenças para as moradias em causa; e pensando que quem pode o mais também pode o menos, por que não então poder passar a licença de habitabilidade? Sendo certo que para esta ser passada, bastaria confirmar que a obra executada estaria de acordo com a obra projectada — não há nada mais simples.

Ao contrário do que afirmou o Senhor Presidente da Câmara nesse jornal, a resolução deste impasse não está nas mãos dos serviços da CCDRC, porque ela nem sequer tem competências nesta matéria. Não vale a pena Senhor Presidente, continuar a querer enganar quem quer que seja, porque isto seria uma mentira muito atroz para alguém acreditar nela. A resolução deste problema está e estará, nas mãos, só, exclusivamente, do Senhor Presidente da Câmara.

Não nos venha dizer que a responsabilidade ou resolução destes imbróglis — como lhe chama, está em Coimbra. Porque todos aqueles minimamente esclarecidos sabem que o problema é de Aveiro e que a solução terá que ser encontrada em Aveiro e de preferência pelo Presidente da Câmara actual que foi quem praticou tais actos (penso).

Senhor Presidente, Dr. Carlos Candal, mais diz a noticia que as moradias não podem ser ocupadas, porque estão à espera da licença de habitabilidade e pasme-se, porque também diz que esta não é passada por ter havido um erro na localização do loteamento envolvendo áreas da REN e da RAN. A ser verdade tal facto, não devia ser admissível e possível, em nenhuma câmara municipal que isto acontecesse, mas muito menos em Aveiro. Porque esta autarquia dispõe, e passo a expressão, de um autêntico batalhão de técnicos e de juristas, com os quais coisas destas nunca poderiam acontecer.

Assim, chega a vontade de perguntar (e porque nós representamos o povo), que credibilidade poderá ter uma câmara municipal que depois de passar uma licença e levar o contribuinte a pagar o que tem e o que não tem, a gastar o que tem e o que não tem, chega à conclusão que a mesma licença que lhe deram e que ele pagou não vale nada!? Isto é muito triste.

Em quem é que o cidadão hoje pode confiar? Ao que parece já nem nos organismos públicos se pode acreditar. O que poderá fazer um cidadão que se sente enganado por alguém que seria suposto nunca poder enganar porquanto a legalidade e a transparência dos actos de uma câmara municipal deveriam ser sempre inquestionáveis.

Ao que me parece, Senhor Presidente Dr. Carlos Candal, Minhas Senhoras e Meus Senhores. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, só não passa a licença de habitabilidade porque ele mesmo sabe que os actos consequentes de actos nulos, também eles serão nulos. E aqui é que está o busílis da questão.

Mas isto é como alterar as regras a meio do jogo — o que nunca será de admitir com facilidade. E porque é o Senhor Presidente da Câmara de Aveiro que tem que resolver esta grave questão, pergunta-se: pensa o Senhor Presidente da Câmara ou a Câmara Municipal, declarar a nulidade destes actos? (primeira pergunta que agradecia que respondesse) Pensa

o Senhor Presidente demolir as habitações (que mal ou bem estão licenciadas), obrigando o município de Aveiro a pagar indiciacões maiores? Pensa o Senhor Presidente indemnizar os lesados de boa fé, pelos prejuízos causados e os que ainda irão causar, de uma forma amigável? Pensa o Senhor Presidente, na revisão do PDM, eliminar dali a REN e a RAN? Pensa o Senhor Presidente, elaborar para ali um plano de pormenor, um plano de urbanização, de forma a poder repetir todos os processos de licenciamento, evitando assim a demolição?

Como sabemos, os actos nulos quando praticados, têm como consequência a perda de mandato. Por isso Senhor Presidente Dr. Carlos Candal, Exma. Câmara, Minhas Senhoras e Meus Senhores, a opção já não será só evitar o mal, mas sim evitar um mal maior — O mal já aconteceu Senhor Presidente.”

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“São coisas muito simples, mas que têm a ver com sinalização e com pequeninas coisas na cidade. Em relação à sinalização, eu verifiquei durante estas duas semanas, até porque ando mais pelas ruas, porque estou de férias; as árvores da Avenida 25 de Abril estão muito verdejantes e tapam os semáforos ou seja, não é para o aveirense que conhece mais ou menos onde há semáforos, mas as pessoas que vêm de fora têm dificuldade em avistar os semáforos principalmente na Avenida 25 de Abril.

E em relação a um semáforo que existe no cruzamento do ISCA, que tem um sinal STOP e um sinal que fica verde, amarelo e vermelho. Nós não conseguimos saber se paramos no STOP, se avançamos com o verde, se paramos no vermelho — já tem havido ali acidentes porque tem as duas coisas.

Outro problema tem a ver com as bicicletas na nossa cidade. Junto à Câmara eu vi várias vezes durante a semana, não se pode andar à vontade porque os miúdos, é obvio que andam de bicicleta por ali, não respeitam as pessoas, travam-nos em cima das pernas. Eu não sou contra os miúdos andarem de bicicleta, mas é obvio que tem que haver um certo respeito pelas pessoas que andam, porque andam à vontade, porque aquilo é pedonal. E Aveiro neste momento está um bocadinho desorganizado em relação às bicicletas.

Outra coisa que eu já tenho falado aqui, porque não é só para os idosos é também para as crianças, e mesmo para os jovens que muitas vezes não olham para o chão e andam assim com a cabecita no ar, porque é que esta cidade não tem os corrimões (no sitio das rampas), redondos? Porque é que não têm as escadas sem esquinas? Porque uma pessoa que bata com uma perna numa esquina faz um buraco. Sendo redondo não faz tanto, não faz uma ferida tão grande.

E custa muito ver prédios, quem sobe a Câmara, com aquelas esquinas porque as pessoas batem ali com uma canela e aquilo fere um bocadinho.

Em relação a outra coisa que me incomoda bastante, não só a mim, mas principalmente às pessoas que vêm de fora, eu não gosto porque eu passo lá todos os dias não gosto daquilo, é que no Esteiro de S. Pedro, aquilo é um autêntico ferro velho: frigoríficos, fogões, carros velhos, é um nojo! Aquilo é uma vergonha para quem vê a Universidade – que se vê já os edifícios da Universidade, é um nojo. Além do cheiro, é o aspecto, acho que mesmo vivendo lá pessoas de etnia cigana, se são eles que colocam aquilo ali, eles têm de ser responsabilizados porque eu também não posso pôr as coisas à saída da minha casa. Acho que é feio e que se nós queremos uma cidade com qualidade, são pequeninas coisas não custam dinheiro, eu sei que não há dinheiro, mas todas estas coisas que eu falei aqui não custam dinheiro — isto sai de graça e previne muitas coisas.”

Vogal Diamantino Jorge (IND) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de começar por um assunto de carácter geral, que tem a ver com o Tratado da Constituição Europeia e os referendos de que o senhor não gosta – e eu também não gosto muito, mas que nos deram algumas indicações.

Realmente a França, país de pensadores da filosofia social votou não; Holanda, país de Espinosa votou não.

Portugal, com grande euforia, em tom de algazarra, atordoadamente diz que os outros estão errados e que se enganaram. Porém, inesperadamente, mesmo assim, alguns responsáveis, dessintonizadamente emitiram opiniões acauteladas.

Sejamos realistas e capazes de reflectir a democracia tecnocrata, distanciada dos mais elementares anseios das populações. É tempo de parar para pensar.

Incêndios Florestais. Já há dois anos me referi também a esta matéria, quando se fez uma sessão desta Assembleia na Junta de Freguesia de Oliveirinha. Este ano, incêndios florestais 2005, catastrófico para este país.

Todos os anos o país é flagelado por estes acidentes. É uma situação crónica que decorre da conjugação de vários factores, com vários responsáveis. Há que dizer que o Estado não é o único responsável.

São responsáveis os proprietários florestais e outros “terratenientes” que não procedem à manutenção, diga-se limpeza, do seu património silvícola ou rústico, nem instalam as matas de acordo com as adequadas condições técnicas, ou seja, de acordo com as características físicas do terreno, das espécies vegetais e do clima português.

Acresce a isto a falta de caminhos florestais com largura suficiente, porque eles (os proprietários) muitas vezes a isso se opõem. Nós temos experiência directa de que quando chamamos ou apelamos aos proprietários florestais, para alargar os velhos e chamados “caminhos de carro” se opõem ao derrube das árvores para esse alargamento. Portanto, a responsabilidade não é só do Estado, não é das Autarquias, não é só dos bombeiros.

Por isso, todos os anos ocorrem e hão-de continuar a ocorrer incêndios. Estes devastam todo o tipo de vegetação arbustiva e arbórea, não deixando sequer um galho.

É por falta de galho na floresta, que alguns papagaios, como alguns papagaios que dá pelo nome de “Caldeira” saiu da mata e foi para o galho do SNB.

Este papagaio, qual bombeiro engravatado, em anos anteriores, do alto do seu “poleiro”, brandia a sua sapiência incendiária sobre os governos deste país classificando-os de incompetentes, irresponsáveis e culpados.

Este ano, em Março de 2005, morreram dois bombeiros no incêndio em Mortágua.

Uma questão de enquadramento do Comando operacional. Porém, o papagaio não falou.

Este ano, verificou-se o atraso na campanha oficial contra os incêndios, nomeadamente a entrada em acção dos meios aéreos em 1 de Junho de 2005. O papagaio apenas disse que este ano, este atraso se ficou a dever a “razões técnicas”.

Este papagaio, durante este mês, apesar do recrudescimento dos fogos, não tem aparecido. Talvez tenha queimado as penas ou lhe tenham cortado o pio.

Como a natureza ou o pragmatismo se encarrega da irresponsabilidade...!

Um outro assunto bem mais próximo de nós é a exposição relativa à evolução das praças da cidade. Pertencente à IMAGOTECA da Câmara Municipal, esta evolução das praças encontra-se a “rodar” pelas freguesias. Dela ressaltam duas praças emblemáticas da cidade:

A Praça José Estêvão e Paços do Concelho. Já teve um varandim frontal, ao que tudo indica granítico, com balaústres, corrimão e colunas. A natureza dos materiais deste varandim condizia harmoniosamente com os materiais aplicados nos edifícios envolventes, nomeadamente o Liceu.

Depois foi retirado e substituído por uma rua que já não existe e temos o que temos.

- Praça Marquês de Pombal. Como era um regalo estético e de vida!! Sim, porque teve um jardim que era uma excelente peça de arquitectura paisagística urbana onde havia vida vegetal que atraía pessoas a permanecerem naquele ambiente de convivência.

Agora é a aridez inerente ao estilo da linearidade arquitectónica. Em vez de chamar a isto “evolução das praças” eu chamaria “mutilação das praças”.

Rotundas. Temos a rotunda das Glicínias, de S. Bernardo, de Esgueira que cobre a estrada nacional 109, das Agradas, do Hospital.

De vez em quando lá estão eles — a transgredir!? Porque segundo o Código da Estrada não é permitido parar nas rotundas.

Mas eles estão lá. E mandam parar uma, duas, três..., “n” viaturas. Nestas circunstâncias já não existe perigo de acidente rodoviário. O que prevalece é a atitude, à má fila, da caça à multa.

Senhor Presidente da Câmara não construa mais rotundas — não conclua a da Policlínica, para ver se eles são capazes de dignificar a farda sem recurso a estratagemas espúrios.

Como este comportamento contrasta com o adoptado entre outros, com os dois deputados desta Assembleia quando conduziam em excesso de velocidade — um deles apanhado e registado a conduzir a 205 km/hora. Nada lhes aconteceu.

É por essas e por outras que não acredito na fórmula: “todos diferentes, todos iguais”.

Senhor Presidente, há dias fui instado por uma brigada da Polícia Municipal, que levava nos seus registos a informação n.º DSU/DPGVE/37/2005 de 20/04/05, que é uma queixa do Departamento dos Serviços Urbanos contra a Junta de Freguesia de Requeixo, na pessoa do Sr. Presidente. Tem que ver com uma poda severa que foi efectuada a árvores que se encontram em passeios. Eu disse poda severa: tecnicamente não é desaconselhável; tecnicamente é recomendável em alguns casos, já me informei disso. Todavia deu objecto a um dossier de fotografias, a uma extraordinária exposição escrita, e remetida à Polícia Municipal para inquirir o Presidente da Junta de Freguesia de Requeixo porque terá cometido um crime, do ponto de vista do responsável do Departamento de Serviços Urbanos.

O Presidente da Junta de Freguesia de Requeixo, escreveu ao senhor coordenador e fez o seu depoimento por escrito ao senhor coordenador da Polícia Municipal e foi esse que foi entregue e seguirá os seus trâmites. Entretanto, dado o crime cometido, penso que é altura de constituir em arguido o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Requeixo, emitam o termo de identificação e residência, algemem o Presidente da Junta de Requeixo, chamem a Polícia Municipal e tragam a ramona para o levar para a prisão — Pobres Serviços que não têm mais nada que fazer!

Nota de rodapé, Senhor Presidente. Desfile das Marchas Populares.

Na noite de 23 de Junho de 2005 aconteceu o desfile das marchas populares. São representações cénicas produzidas por gente que dança com o pé descalço ou apenas com o pé metido na chinela. Mas que nem por isso deixa de ter sentido estético e apreço pelo reconhecimento.

É gente que compõe as associações culturais e recreativas do município. Desfilaram apenas para elas e para gente como elas. A Câmara Municipal não terá estado presente nem se terá feito representar. Talvez por falta de espaço na tribuna, a menos que tivesse optado por se misturar na mole popular cujo calor pode ter provocado a sua evaporação.”

Presidente da Mesa

Vogal Isabel velada (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Esta minha intervenção trata apenas de uma constatação e serei muito breve: Realmente..., apesar da difícil situação que o nosso País tem atravessado durante estes últimos 3 anos, não há qualquer dúvida de que esta Câmara Municipal tem vindo a fazer obras em quantidade e em qualidade.

É muito natural que em consequência das muitas obras, sejam elas maiores ou menores, se apresente também mais dívidas.

Mas o que interessa é que se sente o investimento — tão necessário para uma melhor qualidade de vida das pessoas. Não seriam necessárias tantas, se parte delas tivessem sido efectuadas antes destes dois últimos mandatos; se Aveiro não tivesse ficado parado no tempo durante mais de duas décadas.

Refiro-me também e muito especialmente à Freguesia de Esgueira. Estava estagnada e mesmo com os muitos erros cometidos na nossa zona histórica antes desta Câmara, hoje está ainda mais bonita. Temos já recuperado um belo edifício histórico destinado a diversas valências — o nosso Centro Cultural; O pequeno jardim do Carramona foi requalificado e deu mais vida àquele centro da freguesia; Algumas das famosas fontes e tanques foram recuperados; O lugar do Paço está finalmente a ser pavimentado..., claro que faltam melhorar ainda muitas ruas que espero sejam também beneficiadas brevemente!

Os Bombeiros Novos terão um espaço condigno em pleno centro...

O “Taboeira” vai ter finalmente o seu campo relvado (as crianças e jovens da maior Associação de formação em futebol ainda jogam em campos de terra batida – quase que é motivo para dizer ou pelo menos para pensar que serão caso único no concelho.

Mas entre outras carências lembro que nos faz falta na zona central uma área verde, um espaço para construção de um Centro de Dia e também, não posso deixar de lembrar: um espaço suficiente para a construção do Pavilhão do Clube do Povo de Esgueira e de uma piscina.

Informo, para quem não tiver estado atento às notícias, que o nosso “Esgueira” foi o grande Vencedor do Torneio Nacional de Iniciados Femininos.

Por último e porque a freguesia tem vivido as suas “VII Esgueiradas” animadamente durante todo este mês de Junho, convido todos os presentes a fazerem uma visita à Junta de Freguesia que tem patente uma exposição de fotografias sobre Esgueira no seu Salão Nobre e ao Centro Cultural de Esgueira, onde temos exposta uma bela e grandiosa exposição de trabalhos dos alunos que frequentaram os cursos promovidos pela A.C.A.E – Associação Cultural dos Artistas de Esgueira e pela Junta de Freguesia. Valerá a pena a visita.”

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Hoje parece que está muito em voga a arquitectura e o urbanismo, e eu aproveito também para cumprimentar a Freguesia de Esgueira, nomeadamente o seu vizinho futurista também, viaduto conhecido por rampa de skate, que aguardamos com bastante ansiedade a sua correcção.

Relativamente à intervenção que antecedeu esta última, gostava só e também em defesa da minha profissão, dizer que linearidade própria da arquitectura moderna, sim senhor, existe, mas também existe muita qualidade, como existiu ao longo de todos os tempos na arquitectura. Obviamente existem bons e maus exemplos. Infelizmente, a meu ver, a título muito pessoal, a Praça Marquês de Pombal não será dos melhores exemplos da arquitectura moderna.

Relativamente aos pontos que eu vinha aqui falar, são duas coisas muito breves e muito objectivas. O primeiro é relativo à estação de serviço, bomba de gasolina, que está a ser construída no loteamento das Glicínias. Pergunto eu (por desconhecimento e por não ter tido oportunidade de procurar) quais são as distâncias mínimas de segurança exigidas na lei do estabelecimento das bombas de gasolina?

Porque, nós no nosso PDM, também temos várias alíneas num artigo que prevêem o indeferimento da localização de bombas de gasolina. O principal deles é a segurança dos edifícios habitacionais que estão em redor destas instalações! Ora, neste caso específico, eu penso que temos muitos milhares de metros de habitação, alguns deles seguramente a menos de vinte metros! Sem dúvida que temos o supermercado que serve de justificação para podermos implementar a bomba de gasolina, contudo se aqui há uns anos retirámos a bomba de gasolina (e muito bem desta nossa avenida Lourenço Peixinho), como é que agora vamos por outra bomba de gasolina num sitio se calhar igualmente ou mais ainda denso, em termos populacionais do que a nossa avenida.

Ainda relativo a este ponto, qual é a contra partida financeira que o município vai ter para isto, para a implementação desta bomba de gasolina?

A outra questão prende-se também com a Arquitectura e também com a Avenida. Que é, agora que estamos a finalizar (a REFER também a finalizar) a obra do túnel da Avenida e que depois de muitos estudos e muitas remodelações foram feitas na nossa Avenida, eu gostava que se calhar fizéssemos uma reflexão sobre o percurso que já teve a nossa Avenida, as várias interpretações, a estrutura urbana em que ela consiste na nossa cidade, a história e a tradição que tem e o contexto que tem também nesta cidade. E gostava de saber como é que este município pensa devolver-lhe essa entidade, uma vez que está (a meu ver, a título muito pessoal), completamente retirada e foi completamente esventrado o sentido que sempre teve a nossa Avenida, que é com aquele carinho especial, se calhar a primeira Avenida da cidade e estruturante de todo o nosso Centro. Como é que isto vai ser feito? Onde é que está o projecto? Que projecto é? Depois de tantos estudos, de concursos anulados, tanta coisa que foi feita. Afinal o que é que vai sair dali? E quais são os proveitos, pior ainda a meu ver, não são nestes 10 anos que se vai tirar da abertura do eixo para a EN 109. O que é que nós vamos ganhar para contrapor aquilo que perdemos — que a meu ver é muito?”

Presidente da Mesa

Vogal Dores Topete (PPD/PSD)

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria primeiro de tudo de retomar um tema de uma carta que o Senhor Presidente recebeu e que a leu no início destes trabalhos, que era uma carta da Associação dos Produtores de Ovos Moles de Aveiro, acerca da preocupação que têm acerca da venda ambulante. É realmente um facto e um paradoxo até, quer dizer: que haja uma legislação que obriga os proprietários que tenham padarias, pastelarias, que tenham produtos frescos, que sejam obrigados a uma série de requisitos e muito bem, como terem os seus produtos no frio para não se estragarem, para que não hajam problemas em relação a certas doenças, que felizmente muitas delas já são do passado, como intoxicações alimentares, apesar de volta e meia ainda ouvirmos alguns desses problemas ainda poderem acontecer, e ao mesmo tempo que há toda esta legislação proibitiva e que tem melhorado muito a qualidade e a comercialização dos nossos produtos alimentares, ainda continuarmos a permitir que possa haver venda ambulante!? Que possa haver venda ambulante deste género de produtos de

ovos, em condições que não são as melhores para a preservação dos produtos, isto já sem falar na higiene dos próprios produtos. Mas mesmo em termos de conservação, hoje em dia, não se justifica de maneira nenhuma que a nossa legislação seja permissiva. E por isso estamos a falar dos ovos-moles, como se calhar estamos a falar dos pasteis de nata ou dos pasteis de tentúgal, ou qualquer coisa assim, que não tem nada a ver com as cavacas, que podem continuar a ser vendidas nas condições em questão, nem com os bolos secos, nem com o pão. Podem continuar a ser vendidos em termos ambulantes, não são esse género de produtos que se está a falar; são dos produtos frescos, dos produtos que precisam de uma conservação no frio. E acho que esta Assembleia Municipal também tem uma responsabilidade, porque houve um Regulamento de Venda Ambulante, se essas questões não estão consagradas, eu agora não me lembro, e isso foi suscitado pela carta da APOMA que me levou a pensar nisso; se não estão consagradas essas excepções - deviam ser proibições à venda destes produtos, acho que as devíamos ter.

Por isso, se não houver iniciativa da Câmara para que haja a alteração ao Regulamento, acho que nós próprios devíamos estar atentos para que propuséssemos esta alteração, para estar de acordo com aquilo que é neste momento as normas de higiene e de segurança alimentares.

O assunto que gostaria de trazer também a este período de antes da ordem do dia tem a ver com a gestão da Ria de Aveiro como um todo. Tem-me preocupado como cidadão que lê jornais e ver realmente que não há entendimento. O entendimento que nós gostaríamos que houvesse entre as nossas classes política. Isso é preocupante! É preocupante ver que havia um gabinete ou foi criado um gabinete de gestão da ria de Aveiro, que foi criticado na altura, mas parece que este Governo afinal também, o modelo que adopta, é que haja um gabinete de gestão da ria de Aveiro. E verifica-se que em termos de competências ainda não foram atribuídas quaisquer competências a este gabinete e parece-me que é mau e quanto mais tempo demorar a que surja realmente uma gestão integrada da ria de Aveiro, acho que é mau para todos nós. Também aqui um sinal de uma falta de entendimento e se calhar de alguma partidarite aguda, se calhar de parte a parte, de alguns líderes que não o deviam ter.

E aqui chamava a atenção ao nosso Presidente da Câmara. O nosso Presidente da Câmara não se pode esquecer que é Presidente da Câmara de um município, de uma Cidade como Aveiro, que é capital de distrito. E como capital de distrito, há que ter e estimular o bom entendimento entre os diferentes municípios. Acho que nos cabe a nós, sabermos gerir os diferentes interesses, e se calhar olharmos menos para o partido, do qual o nosso Presidente da Câmara é o responsável distrital, e mais, para as funções que desempenha enquanto Presidente da Câmara desta autarquia, e que por isso esperava ver outro género de atitudes. E principalmente ver exemplos no sentido da construção e não exemplos no sentido da destruição.

Parece-me que quando o próprio município de Aveiro não contribui financeiramente para um serviço pelo qual devia contribuir, acho que está a prestar um mau serviço. Acho que está a fazer com que uma empresa que é importante para todos nós, é importante para esta área lagunar, e era importante que funcionasse bem, pelo facto de a inviabilizar financeiramente também está a prestar um serviço que não é o melhor e não é o mais dignificante.

E por isso, há aqui todo um potencial de melhoria que eu gostaria de ver e que passa pelo entendimento e que passa pelo despoletar deste entendimento entre as diferentes partes e gostava que o meu Presidente da Câmara fosse de que partido fosse, mas que fosse potenciador deste entendimento, defendendo os interesses de Aveiro, que são também os interesses de todos os municípios desta Ria de Aveiro.

Em relação ainda à Ria, gostava de saber o que é que se passa em relação à lancha? Temos uma lancha que desapareceu dos nossos canais, nunca mais foi vista por aí, gostaria de saber o que é que se passa em relação a este assunto?

Tenho outros assuntos, mas reservo-me para a Comunicação do Senhor Presidente da Câmara.”

Vogal Álvaro do Bem (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Faço esta intervenção essencialmente por quatro pontos, independentemente de terem sido antecipados ou não por oradores anteriores — estava desde o princípio para referi-los.

Primeiro, sobre a questão dos guardas-nocturnos dizer ao senhor presidente que já não pode haver mais arrastamentos, e falo por uma freguesia que foi das mais sacrificadas, que está associado a algo mais em relação aos guardas-nocturnos. Isto era um processo iniciado nos Governos Cívicos, e desresponsavelmente o Governo anterior chutou positivamente esta responsabilidade para as Câmaras — e chutou esta responsabilidade sem rede. Ou seja, teve de ser feito tudo desde o princípio.

E como já vos fui habituando, o que tem que ser dito tem que ser dito, independentemente das responsabilidades, entendemos que é tempo a mais. Porquê? Porque a freguesia de Aradas tem 10 km² e está partilhada no seu policiamento por duas forças policiais, e independentemente das críticas que possam haver a isto ou àquilo a radiografia da freguesia é a seguinte: perto de um quarto ou uma quinta parte é policiada pela PSP – PSP esta que eu penso e já o tenho afirmado responsabilmente que cumpre os mínimos; mesmo que algumas figuram como no Walt Disney, o Bafo de Onça, que apareça orquestrado como um autêntico assaltante de estradas, a verdade é que a PSP cumpre. Quem não cumpre, e de facto não cumpre nunca é a GNR. A GNR tem aparecido tarde e a más horas, têm um posicionamento na freguesia de Aradas pura e simplesmente de caça à multa, e isto tem levado os cidadãos da freguesia passem a ter um conceito completamente diferente sobre a força policial. E mais tarde ou mais cedo irá acontecer aquilo que ninguém numa sociedade democrática quer, que se perca o respeito à autoridade.

Segundo ponto, bomba de gasolina nas glicínias. Tenho-vos a dizer que a freguesia sabe tanto como sabem os membros da Assembleia, mas há um dado que se calhar não sabem. Voltando ao mesmo, a freguesia de Aradas tem 10 km quadrados e está cheia de bombas de gasolina há volta. Querem ver? Comecem a puxar pela cabeça: temos as da Shell na Glória; temos nas Quintãs uma encostadinha, mas que não é Aradas; se quisermos alguma coisa temos que ir para Ílhavo – já temos aí outra bomba de gasolina e em S. bernardo/ Oliveirinha os meus amigos conhecem, o que isto quer dizer é que por acaso Aradas não é terra livre de bombas de gasolina. Mas, porventura, esta não seria possivelmente a nossa escolha a primeira bomba de gasolina a entrar na freguesia. Isto tem que ser dito no sítio certo.

Sobre outros dois pequenos pormenores que entendo que esta Assembleia Municipal deve saber, independentemente dos jornais terem noticiado ou não, é que mais uma vez a freguesia mostrou a capacidade que tem, quando mesmo com a chamada crise financeira ou económica do país, revelou na Feira das Actividades Económicas, algo que não é vulgar nestes tempos. Ou seja, mesmo assim, os comerciantes e os industriais, todas aquelas forças vivas da freguesia, conseguiram dar uma lição de que muitas vezes a linguagem derrotista é pura e simplesmente derrubada quando a vontade realmente leva a bom porto estas iniciativas. E a FAEFA foi de facto uma surpresa para todos, essencialmente para os próprios Aradenses.

A segunda e associado a algo que é importantíssimo, Aradas tem a capacidade que todos nos possam querer dar, e por sinal temos aqui testemunhas dentro da Assembleia Municipal; foi realizado a fase final do campeonato de badminton na freguesia de Aradas (por acaso foi na freguesia de Aradas), usando uma infra-estrutura importantíssima do pavilhão EB 2,3, que é sem dúvida nenhuma um belíssimo pavilhão. O que significa que falhou somente um pequenino pormenor: é a sinalética da freguesia. Que urge rapidamente pô-la porque foi o único inconveniente que encontramos em toda a organização.

Ou seja, nem tudo vai mal, há coisas que correm bem, mas antes de mais e ao senhor Presidente, que é preciso antes de mais gerir vontades, e as vontades muitas vezes não é somente a crítica, é importante é que as pessoas tenham vontade de fazer e não somente de criticar.”

Vogal Liz Silva (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“A cidade de Aveiro é um destino turístico, para mim, pouco atractivo. Não tem um marketing adequado. Simplesmente, não tem! E Aveiro está a perder cada vez mais importância ao nível nacional. E as poucas oportunidades que acho que poderiam fazer com que Aveiro ficasse conhecida em todo o país, seria o parque temático “Europa dos Pequeninos”.

Seria um projecto quanto a mim que traria massas, economicamente seria muito forte para o concelho; para os nossos débeis comerciantes, que põem as mãos à cabeça, seria umas das grandes soluções. Seria também um pólo de trabalho para dezenas de pessoas, e seria um equipamento que se pagaria penso eu, rapidamente.

Aveiro ficaria no mapa, não só de Portugal, como de toda a Europa. A Europa dos Pequeninos quanto a mim é um dos projectos mais arrojados e com mais força a nível do país e penso que a Câmara Municipal de Aveiro deve justificar-se perante esta Assembleia, perante os Aveirenses, por que é que não avançou? Não basta calar-se; acho que é um projecto aliciante a todos os níveis. Só vejo pontos positivos a todos os níveis. Sinceramente só vejo pontos positivos, não vejo pontos negativos.

Negativos, vejo é nas Filarmonia das Beiras. A Filarmonia das Beiras, o Senhor Presidente veio cá, houve demissões, mas ficou por aí. Houve um concerto em Janeiro, mas não se ouviu falar mais da Filarmonia das Beiras. O Senhor Presidente sabe que eu sou um defensor da Filarmonia das Beiras, é um projecto também aliciante para o concelho de Aveiro e para a zona centro do país, e realmente é outro projecto que nós, membros da Assembleia Municipal, nós Aveirenses não sabemos. Acho que o Senhor Presidente da Câmara também deve justificar-se.

E já agora, um ponto negativo também para a câmara é o Aveiro Basket. O Senhor Presidente nesta Assembleia disse que iria criar uma equipa para ganhar; na comunicação social disse que iria pagar aos atletas. A verdade é que os atletas continuam com os salários em atraso. Gostaria de saber Senhor Presidente – e agora francamente, com honestidade, qual vai ser a posição da câmara em relação ao Aveiro Basket? Dizer que vai criar uma equipa para ganhar isso não é resposta. Resposta é dizer quando é que vai pagar aos atletas, e se o projecto tem pés para andar ou não?

Presidente da Mesa

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Duas notas prévias. Primeiro acho que ainda não temos o suficiente afastamento histórico para avaliar o comportamento dos principais actores da revolução nos anos de 74 e 75. Com esse ponto concordo. Mas queria acrescentar que quem como eu, participou activamente, tem uma experiência pessoal e uma opinião e uma perspectiva que podem ser diferentes de outras quanto aos factos vividos, e têm direito a essas perspectivas e a essas opiniões. Não deixando de respeitar as pessoas que foram aqui citadas.

A segunda nota, que é uma informação para os mais novos, é que durante os primeiros 14 anos de Assembleia Municipal de Aveiro, eu fui sempre eleita membro da Assembleia Municipal, portanto, quatro mandatos consecutivos. Nos primeiros dois mandatos que eram de três anos, nós não recebíamos um tostão. Havia apenas uma senha de gasolina para os

Presidentes de Junta que eram de fora da cidade de Aveiro. Portanto, durante seis anos era puro amor à arte. Vínhamos para aqui e não havia um tostão. Eram os nossos carros, eram as nossas noites, não recebíamos nada. Depois nos outros dois mandatos, portanto, terceiro e quarto mandato começamos a receber uma coisa pequena, era uma percentagem ou permilagem do ordenado do Presidente. Portanto, durante os primeiros seis anos de autarquia, porque foi a partir de 76/77, não recebíamos nada e vínhamos aqui só para debater ideias, só para debater aqueles que achávamos que devíamos combater. Portanto, eu acho que a minha experiência me dá uma certa autoridade para falar.

Terceiro ponto. Agora vou falar dum ponto nacional, visto que é um período de antes da ordem do dia e o Regimento assim o permite. Eu queria chamar à atenção, - é uma crítica, mas é sobretudo uma grande chamada de atenção, para o acordo luso espanhol sobre a água. Houve um acordo luso-espanhol sobre a água, sobre o caudal da água do rio Douro em 1998. Nesse acordo foi deliberado que o caudal seria 3550 hectómetros cúbicos. Isso foi considerado na altura uma redução e foi muito criticado pelos especialistas.

Recentemente, acho que há pouco mais de um mês (portanto, deste ano de 2005), o Governo do engenheiro Sócrates fez novo acordo e aceitou reduzir o caudal do Rio Douro para 500 hectómetros cúbicos, quer dizer, sete vezes menos do que aquilo que já era considerado uma redução de caudal — e considerou que isso era um acordo positivo!? Professores universitários da área, portanto da hidrologia, ficaram altamente preocupados, apresentaram pelo menos três graves consequências deste infeliz acordo: primeiro o caudal acordado não vai dar para produzir energia eléctrica nas barragens que dependem do rio Douro; segundo não vai dar para abastecer devidamente as populações que dependem do rio Douro; e terceiro vai destruir a qualidade da água visto que o caudal é baixíssimo e portanto, vai perder-se a qualidade da água.

Numa época e num ano particularmente seco, que tem provocado incêndios, destruição de colheitas, morte de animais, dificuldade de abastecimentos de água às populações, incêndios; estamos profundamente preocupados com o teor deste acordo e com as terríveis consequências que daí advém.

Claro que nós não temos influência nenhuma sobre as decisões do Governo, mas as pessoas que estão mais ligadas a este Governo, deviam pressioná-los para que revejam este acordo porque isto é uma tragédia para a parte norte de Portugal.

Último ponto, para não abusar da generosidade do Senhor Presidente, queria referir e sublinhar Senhor Presidente da Câmara, que tem que fazer a recuperação do património construído em Aveiro. Ou fazê-lo ou mandá-la fazer, ou exigi-la, porque passeando a pé pela cidade há imensos edifícios degradados. Isto dá uma ideia terceiro mundista que prejudica muito o Turismo. E há também muitas áreas que estão abandonadas, que estão previstas para urbanização mas que estão absolutamente abandonadas, com silvas, com mato, com as vedações no chão e estão no centro da cidade e isso dá um aspecto muito mau.

Último ponto, era para falar da Avenida (para perguntar quando é que vem o plano de recuperação da Avenida Lourenço Peixinho?), mas como o meu colega Arquitecto Gustavo Barros já falou eu vou prescindir desse ponto.”

Presidente da Mesa

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Começo por me referir, e àquilo que ouvi, que realmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Aveiro tem potencialidades turísticas a nível nacional ímpares. Só que hoje nós vemos Aveiro com uma potencial de imagem, em que as pessoas vêm a Aveiro e acham que foi a cidade que mais se desenvolveu nos últimos anos. Só que estas potencialidades só serão conhecidas com uma promoção profissional e com conhecimento efectivo de mercado.

A Câmara não deixa de ter responsabilidades na estagnação que tem tido a promoção neste concelho. Mas é verdade também que nunca nos deu a conhecer a sua actividade em sede de Região de Turismo. E já agora aproveito para dizer que é altura de dar a volta a isto.

E agora gostava de começar por chamar à atenção para situações que acontecem nesta cidade e com um bocadinho de zelo de alguns serviços haveria mais segurança e a imagem da cidade seria mais atraente e eficaz. Começo por chamar à atenção dos arrumadores de carros no Largo do Mercado Manuel Firmino. Dão-nos diariamente uma imagem de insegurança e desleixo até dos serviços responsáveis da Câmara. É uma zona de parómetros – costumam estar oito arrumadores (com a imagem que todos conhecem), a PSP não sabemos o que faz porque passa por ali, ou se passa não a vimos. E o que faz a Policia Municipal? Passeia-se de automóvel, mostra o carro pela zona e depois de passear chega ao cruzamento, fala com um ou com outro arrumador que conhece, numa amena cavaqueira, e arranca com se estivesse tudo normal.

Isto ainda aconteceu ontem por volta do meio-dia. As pessoas criticam, não sabem a quem é que hão-de pagar, se hão-de fazer parómetros, porque nada acontece. Isto é um mau serviço à Câmara e à sociedade, porque é um serviço negligente e de desinteresse.

Antigamente ainda havia os serviços da câmara da acção social no projecto “Agir para Inserir” que tentavam fazer alguma coisa e que eu reconheci. Actualmente acho que as coisas estão mais calmas, mais paradas, e o que é uma verdade é que se fazem muitas reuniões e penso eu, que depois destas reuniões, não têm tempo para conclusões e resoluções dos projectos.

Outra situação, não seria normal quando a Policia Municipal observa nos seus circuitos alguma normalidade de trânsito, avisar os serviços competentes das anormalidades encontradas? E vou citar uma: na Rua Carlos Silva Melo de Guimarães, antigo parque de feiras, encontra-se em plena avenida um aluimento de pavimento há mais de quatro ou cinco meses, que tem causado alguns estragos aos automobilistas. Para chamar à atenção, existiam quatro ferros levantados com fitas penduradas para que os automobilistas parassem. Há coisa de um mês deixaram de existir as fitas, estão os ferros lá colocados, e principalmente à noite é um ver de automobilistas irem de encontro aos ferros! E é aqui que eu pergunto: os serviços da câmara que passam lá constantemente não teriam o cuidado ou de serem sensibilizados, para chamarem os Serviços? E nisto eu chamo aqui a atenção que quem dirige tem chamar à atenção, tem que exigir, que as pessoas não se sintam acomodadas e que tudo passe com se nada fosse.

E já agora pedia ao Senhor Presidente da Câmara, que fosse exigida da parte da Polícia de Segurança Pública, mais segurança na cidade. Vemos constantemente à noite um carro de patrulha com seis elementos que dá a volta ao centro da cidade e depois estaciona no Rossio. E o que é um facto é que na zona da beira-mar tem havido grupos de jovens a assaltar jovens isolados que se dirigem para as suas casas. Era de interesse, que o Senhor Presidente interferisse para que estas situações — pelo menos não se desse tão amiúde.

Por fim, gostava de lamentar uma situação. É lamentável que a Câmara faça eventos na freguesia e que a freguesia só tenha conhecimento deles pelos jornais ou quando passa vê um ajuntamento, pergunta o que é e fica a saber.

Refiro-me aqui propriamente a uma feira que parece, ou que já fizeram, ou vão fazer, que é a feira dos artesanos que parece que se realiza todos os meses! Ora eu acho que era normal pelos menos que a Junta de Freguesia soubesse o que se passa.

E já agora também falo nos guardas-nocturnos. É que pelo menos anda um guarda-noturno pela freguesia a dirigir-se aos moradores a pedir para que apoiem os guardas-nocturnos com uma mensalidade!? E o que é um facto é que nós não temos conhecimento, se eles já foram aceites. Sabemos que os concursos já foram efectuados, mas gostávamos de saber era realmente o que é que acontece?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:

“Eu vou tentar ser sucinto e depois vou pedir ao Senhor Presidente que os senhores vereadores Eduardo Feio, Domingos Cerqueira e Pedro Silva, possam responder a três questões que foram aqui colocadas.

Começando pela questão que foi suscitada pelo deputado Santos Costa, eu queria tranquiliza-lo. É uma questão que temos vindo a acompanhar há muito tempo e que de facto é um bom exemplo, um belíssimo exemplo, de como a legislação em matéria de planeamento e urbanismo deve ser urgentemente revista, para passar a ser sensata. Porque gralhas são gralhas, todos nós aprendemos isto, enfim não é preciso andar na faculdade de direito para perceber isso. Gralhas são gralhas, não têm relevância material, mas as pessoas que estão nas entidades com tutela sobre a REN, a RAN, neste caso a antiga DRAOT e a actual CCDRC, pediram à Câmara a certa altura deste processo que elaborássemos um plano de pormenor para corrigir uma gralha de alguns milímetros na transposição das escalas de uma carta para outra, que fez com que um loteamento que foi viabilizado na convicção e na confiança de que estava dentro da zona de construção, uma vez analisada pelas autoridades em Coimbra tenha chegado à conclusão que afinal por causa desse erro na transposição das cartas, os tais milímetros transformam-se em metros e portanto estava abrangida pela zona de reserva ecológica.

Do ponto de vista substantivo, ninguém tem objecções, todos eles declaram que não há objecções nenhuma em que aquela área seja retirada da reserva ecológica, a verdade é que andamos há anos – absolutamente revoltante do ponto de vista da gestão pública, andamos há anos a tentar resolver este problema e quando nos pediram que elaborássemos um plano de pormenor para retirar cinco milímetros ou seis ou sete da reserva ecológica..., bem isto realmente não é sensato!

Felizmente e depois de muitos meses de espera e pela designação do Director da Reserva Ecológica, porque também as gralhas têm de ir a despacho ao Director da Reserva Ecológica, foi possível dar andamento a este processo e temos agora a notícia que a alteração está formalizada, e que portanto dentro em breve, sem necessidade de elaborarmos um plano de pormenor para corrigir uma gralha deste tipo, as pessoas vão poder ter as suas casas legalizadas e todo o processo será desbloqueado.

A minha intervenção neste processo foi procurar ser sensato sem cometer nenhuma ilegalidade. Ninguém tinha culpa neste processo. Não tinham os Serviços da Câmara, que viabilizaram tecnicamente absolutamente convencidos que estavam a viabilizar bem; o Executivo foi até onde pode sem querer cometer nenhuma ilegalidade, e neste momento não podíamos ir mais longe e de facto todo o tempo que passou, foi um tempo absurdo, e é um bom exemplo de como comecei por dizer, de como em planeamento e na legislação relativamente ao planeamento há muita coisa para mudar, já que quem aplica esta legislação não tem sempre a sensatez que se impõe nestes casos. Aliás o caso que trazemos hoje à Assembleia é na mesma linha. É de facto, penso que excessivo, que esta Assembleia tenha que se pronunciar sobre uma gralha também de uma remissão de um artigo para o outro. É uma questão de interpretação, que não afectava a segurança da sua aplicação se a lei fosse mais flexível. Mas enfim, lá iremos no ponto próprio.

E portanto queria dar a boa noticia porque de facto é muito recente: temos o problema resolvido com a Reserva Ecológica e esse loteamento irá ser desbloqueado logo que possível. Depois queria dizer ao Senhor Deputado Salavessa, que ele apesar de já estar em campanha eleitoral não lhe custava nada de vez em quando dar um telefonema para a Câmara, para saber o que é que se está a passar, antes de convocar uma conferência de imprensa para perguntar à Câmara o que é que se está a passar, através dos órgãos de comunicação social.

Nós já tínhamos detectado o problema da morte das árvores há muitos meses, já tínhamos oficiado à empresa, já tínhamos a resposta e a garantia da empresa de que vai recolocar as árvores porque estão no prazo da garantia, só que as árvores vão ser plantadas na altura própria não é agora no verão e ainda por cima a seca. Portanto, não foi desleixo, não foi displicência, não foi falta de cuidado. Foi pura e simplesmente uma plantação de árvores que foi mal sucedida pela empresa que tinha sido contratada para o efeito e vai ser logo que oportuno reposta, esperemos que desta vez vingando, que é a palavra técnica para estas situações.

Mas queria dizer-lhe também que nós temos até Setembro, mais uma Assembleia Municipal Ordinária e se for necessário convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária para debatermos assuntos que do nosso ponto de vista o exijam, fá-lo-emos. E designadamente estou a pensar no Plano de Urbanização, que como é do conhecimento público está neste momento em inquérito público e esperamos logo que terminada a análise das reclamações ou sugestões que aparecerem em sede de inquérito público, poder trazê-lo a esta Assembleia Municipal e não vamos se calhar ficar à espera de Setembro para o fazer. É um instrumento que de facto faz todo o sentido concluir este mandato, em que há muitos anos de reflexão e de amadurecimento das grandes opções e portanto, as reclamações que vão aparecer são provavelmente, eu diria 80, 90% das reclamações que possam aparecer, tem haver com os interesses muito particulares dos nossos municípios e não tanto com as grandes opções de planeamento que essas juntas de freguesia, Assembleia Municipal, todos os agentes que participarem neste processo já as conhecem e estão devidamente consensualizadas.

Mas para lhe dizer, que sempre que há matéria trazemos, quando não há, não inventamos e não temos que andar a inventar.

A Carta Educativa também está no bom caminho, está a ser feito um trabalho muito sério, de consulta e de construção desta Carta Educativa com todos os agentes envolvidos no processo: associações de pais, conselhos executivos, juntas de freguesia, universidade de Aveiro; temos recebido contributos muito interessantes. Temos ido conversar com assembleias de freguesia, sempre que há dúvidas e sempre que isso nos é solicitado para esclarecer algumas das opções. Temos tido a humildade de rever a proposta apresentada sempre que nos convencem e nos demonstram que de facto ela deve ser ajustada, de modo a termos um documento que seja de facto consistente, sólido e consensualizado. Não temos a ambição de obter 100% de unanimismo nesta matéria, mas será pelo menos um documento que será enriquecido com as contribuições e a reflexão de todos estes agentes e ao longo de muitos meses de trabalho.

Quanto à actuação da Polícia Municipal (é um pequeno parêntesis), Senhor Presidente da Junta de Requeixo, eu queria dizer que a Polícia Municipal não pode uma vez ser acusada por não actuar e outras vezes por actuar. Se ela recebeu a exposição de um munícipe que estava a ser feita uma “poda severa” – como tecnicamente a qualificou; nem todos sabem o que são podas severas, e portanto, é natural que a exposição tenha alertado os nossos serviços e que eles lá tenham ido.

Sobre o parque de estacionamento do Oita, gostava de dizer, para já congratular-me com aquilo que foi possível fazer-se. É um terreno como é de todos conhecido e estava a ser utilizado com tolerância do proprietário há muitos anos como estacionamento público, com lama no Inverno, poeira no verão, e portanto, foi possível agora – e queria registar aqui a disponibilidade do proprietário, para de uma forma gratuita, sem nenhuma retribuição nem remuneração, que a situação de facto que já existia, passa-se a ser protocolada de forma a que o uso daquele espaço passe a ser possível em muito melhores condições, com a pavimentação que foi efectuada e que evidentemente beneficia o interesse dos utentes e portanto o interesse público. Corresponde ao interesse público, na melhoria das condições das pessoas que utilizam aquele parque sem pôr em causa evidente interesses e direitos do

proprietário que não serão minimamente beliscados nem postos em causa, e o parque não será pago. Se era essa a questão, o parque obviamente será gratuito, não podia deixar de ser de outra forma.

Não há contrapartidas, eu sei que isto parece estranho, mas não há contrapartidas, não há tarifário, o parque é gratuito e é com esta simplicidade toda que conseguimos melhorar muito as condições de utilização daquele parque; quando o proprietário precisar do terreno para construir os seus investimentos, comunica à Câmara e o terreno ficará disponível como é evidente. Nós temos a garantia de que não haverá necessidade daquele terreno pelo menos durante três anos.

Está previsto no protocolo que se entretanto se alterarem as projecções de investimento do proprietário e se ele precisar do terreno antes, evidentemente que a câmara tem que ceder. Mas penso que devemos estar penso eu reconhecidos pela facilidade que foi concedida.

Depois eu queria dizer sobre a intervenção do Liz Silva, só queria responder a uma das coisas que disse, porque as outras acho que disse tudo mal. Mas uma delas, eu queria aproveitar o mal que disse para lembrar uma coisa que é boa. É que nem de propósito hoje mesmo teve lugar em Lisboa uma reunião com o senhor Secretário de Estado da Cultura, que vai permitir, e a comissão que foi constituída para relançar a Orquestra das Beiras tinha essa incumbência, veio de lá com a garantia de que a Orquestra das Beiras vai retomar a sua actividade.

E portanto, tinha esta boa notícia para dar a todos, depois de todas as vicissitudes processuais, negociação com os músicos, tudo visto e esclarecido e também a posição do Governo sobre esta matéria, está garantido que a Orquestra das Beiras, vai recomeçar a sua actividade dentro em breve. E não queria dizer mais nada porque compete de facto à Comissão que foi constituída para este efeito e que é presidida pelo Sr. Prof. Manuel Assunção, dar conta a todos do formato, do regime, das condições e do tempo em que ela vai retomar a sua actividade.

Finalmente, sobre a SIMRIA e sobre a AMRIA, eu não percebi bem a intervenção do Prof. Manuel Coimbra! Eu devo dizer que tenho feito o possível e o impossível, a vários níveis, a vários patamares e com várias pessoas, que seja possível de facto as entidades entenderem-se e conseguirem defender bem os interesses da Ria de Aveiro e de toda a região de Aveiro.

Mas é preciso também e julgo que todos começamos a perceber o seguinte: é que o entendimento entre entidades, também precisa e depende muito da personalidade, da forma de estar, de reagir e de actuar das pessoas em concreto. E portanto, eu queria cumprimentar daqui o meu colega pela elegância com que reagiu ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça. Acho que foi de facto uma forma muito elegante de reagir ao Acórdão. Queria também cumprimentá-lo pela forma elegante como notou e marcou no livro de faltas do Senhor Vereador Eduardo Feio. Devia ter também falado nas faltas do colega de Estarreja e do colega de Oliveira do Bairro, que deram as mesmas faltas ou mais. E é preciso dizer: já não há pachorra! É preciso perguntar porque é que as pessoas não vão às reuniões? Já não há pachorra!

E queria também cumprimentá-lo pela elegância com que hoje mesmo pude ler as críticas ao Senhor Presidente da República que lhe ficam muito bem, a forma, contribuem seguramente para que o processo ande mais depressa.

E cumprimentá-lo pelas últimas vitórias que tem tido, que tem sido – para quem não admite as derrotas, devemos cumprimentá-lo de facto pelas vitórias. Pelas vitórias nas Europeias, pela vitória nas Legislativas, pela vitória na marina da barra, pela vitória no traçado do caminho-de-ferro, pela vitória na constituição do gabinete da ria (no tempo do Dr. Durão Barroso), e agora pela vitória no caso da SIMRIA. Queria cumprimentar o Sr. Eng. Ribau Esteves por essas vitórias todas, que são a derrota da nossa região, infelizmente.”

Vereador Pedro Silva
Vereador Domingos Cerqueira
Vice-presidente Eduardo Feio

▮

Seguidamente o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Junho, informando que a conclusão deste período regimental passará para a próxima reunião que será no dia 29 de Junho (4.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 28 de Junho de 2005.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)